



Ata da 45ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e doze minutos, reuniram-se, na Sala de Reuniões do Campus Reitor Edgard Santos (PU15) e por videoconferência, com transmissão ao vivo, em caráter ordinário, os membros da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas sob a presidência do **Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza**, contando com a presença dos Pró-Reitores e/ou Representantes: **Giovana Damasceno Sousa (PROGP)** e **Adma Kátia Lacerda Chaves (PROGRAD)**; dos Diretores de Centro: **Luís Gustavo Henriques do Amaral (CCET)**, **Romenique da Silva de Freitas (CMB)**, **Thiago Ribeiro Rafagnin (CEHU)** e **Rafael da Conceição Simões (CCBS)**; do Vice-Diretor representando a Direção de Centro: **Heveson Luís Lima de Matos (CMLEM)**, dos Representantes dos Servidores Docentes de Centro: **Julianna Joanna Carvalho Moraes de Campos Baldin (CCBS)** e **Ricardo de Jesus Machado (CMSMV)**; da Representante dos Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação: **Gabriela Silva Cerqueira**; do Representante dos Coordenadores dos Cursos de Graduação: **Neilton dos Reis Goularth**; e dos Participantes Convidados: **Levi José Rodrigues** - Representante da Comissão de Heteroidentificação; e **Rubio José Ferreira** - Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais; para tratarem da seguinte pauta: 1) **Informes**; 2) **Apreciação das Atas da CEAA**: a) **Ata da 26ª Reunião Extraordinária da CEAA, de 07 de novembro de 2024**; b) **Ata da 40ª Reunião Ordinária da CEAA, de 14 de novembro de 2024**; c) **Ata da 41ª Reunião Ordinária da CEAA, de 5 de dezembro de 2024**; d) **Ata da 42ª Reunião Ordinária da CEAA, de 23 de janeiro de 2025**; 3) **Apreciação de Atos - Declarações Ad Referendum à CEAA**: a) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 121, DE 7 DE MAIO DE 2025 – Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 AO EDITAL PROAE/UFOB Nº 08/2024 - AUXÍLIO SAÚDE MENTAL TEMPORÁRIO GRADUAÇÃO**; Considerando a importância de adequar o Edital para melhor organização e garantir conformidade, transparência e eficiência na gestão do processo, bem como adequar o cronograma às etapas do processo seletivo; e, Atendendo ao encaminhamento da Diretoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – DIRAE, da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROAE, Processo 23520.011551/2024-19; b) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 122, DE 16 DE MAIO DE 2025 - Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 AO EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 04/2025 NORMATIVO DO PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFOB PARA INGRESSO NO SEMESTRE LETIVO 2025.2**; Considerando a possibilidade de evitar análises desnecessárias de documentações de candidatos, de modalidades de grande demanda, cujas pontuações indiquem impossibilidade de ocupação da vaga, considerando o histórico de resultados das edições anteriores, dentre outras alterações para o aperfeiçoamento da norma; Considerando o número de candidatos que se inscrevem nas modalidades Transferência Externa e Portador de Diploma, especialmente, nos cursos de alta procura como Direito e Medicina, e na agilidade



necessária ao processo; Considerando que o Edital já foi publicado e permanece com as inscrições abertas até o dia 30 de maio de 2025; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.005695/2025-17; 4) Continuação da apreciação do Parecer da Comissão referente à Análise e revisão da Política de ações de heteroidentificação complementar à autodeclaração das pessoas negras para fins de preenchimento das vagas reservadas às(aos) candidatas(os) negras(os) nos processos seletivos da UFOB (RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022), Processo 23520.007844/2024-93, Relator: Conselheiro Romenique da Silva de Freitas – Presidente da Comissão instituída pela PORTARIA CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 018/2024; 5) Apreciação do Parecer da Relatora referente à Solicitação de alteração do EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 4, DE 14 DE MAIO DE 2025 - Edital Normativo do Processo Seletivo para preenchimento de Vagas Residuais dos Cursos de Graduação da UFOB para ingresso no Semestre Letivo 2025.2, para equiparação dos eixos dos cursos superiores de tecnologia que apresentam conhecimentos da mesma grande área dos cursos de graduação, independente da modalidade de curso de origem, que foi encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.005695/2025-17, Relatora: Giovana Damasceno Sousa; 6) Apreciação do Parecer do Relator referente à Proposta de alteração do Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS (Reforma Curricular), vinculado ao Centro das Humanidades - CEHU, Processo 23520.007384/2023-12, Relator: Conselheiro Neilton dos Reis Goularth; 7) Apreciação do Parecer da Relatora referente ao Recurso que trata do Pedido de Aproveitamento de Estudos para a disciplina de Economia do Curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, interposto pela estudante Camylla Giovanna Rocha, Processo 23520.001400/2025-25, Relatora: Conselheira Gabriela Silva Cerqueira; 8) Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração do Modelo de Edital Simplificado PROAE/UFOB, que trata do Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação - PBP/MEC no âmbito da UFOB, encaminhada pela Diretoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – DIRAE da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROAE, Processo 23520.004714/2024-07, Relator: Conselheiro Romenique da Silva de Freitas; 9) Apreciação do Parecer do Relator referente à Proposta do EDITAL CPE/PROGRAD/UFOB Nº 06/2025 - Seleção de Tutor para Programas de Educação Tutorial – PET, encaminhado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.004656/2025-94, Relator: Conselheiro Thiago Ribeiro Rafagnin; 10) Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração do Regulamento de Ensino de Graduação - REG (RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009/2021), encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo: 23520.003956/2025-56, Relator: Conselheiro Rafael da Conceição Simões. Havendo *quórum*, o Senhor Presidente, Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza, cumprimentou a todos os conselheiros presentes e deu início à 45ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho Universitário da UFOB. Deu boas-vindas aos Participantes Convidados: Rubio José Ferreira - Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, e Levi José Rodrigues - Representante da Comissão de Heteroidentificação. Cumprimentou a conselheira



Giovana Sousa que estava participando pela primeira vez de reunião da Câmara. Em seguida, passou ao primeiro ponto da pauta: **1) Informes.** O conselheiro **Rafael Simões** apresentou informes do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde. A conselheira **Adma Chaves** apresentou informes da Pró-Reitoria de Graduação. O conselheiro **Antonio Souza** apresentou informes da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis. Não havendo mais informes, o Presidente Antonio Souza passou à apresentação do segundo ponto da pauta: **2) Apreciação das Atas da CEAA:** a) **Ata da 26ª Reunião Extraordinária da CEAA, de 07 de novembro de 2024;** b) **Ata da 40ª Reunião Ordinária da CEAA, de 14 de novembro de 2024;** c) **Ata da 41ª Reunião Ordinária da CEAA, de 5 de dezembro de 2024;** d) **Ata da 42ª Reunião Ordinária da CEAA, de 23 de janeiro de 2025.** O Presidente Antonio Souza esclareceu que as contribuições encaminhadas à Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior já haviam sido inseridas às Atas e consultou se havia mais algum questionamento e/ou contribuição. Não havendo mais contribuições, o Senhor Presidente submeteu ao regime de votação as Atas da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, que foram aprovadas por unanimidade. Dando sequência, o Presidente passou ao terceiro ponto da pauta: **3) Apreciação de Atos - Declarações Ad Referendum à CEAA:** a) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 121, DE 7 DE MAIO DE 2025 – Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 AO EDITAL PROAE/UFOB Nº 08/2024 - AUXÍLIO SAÚDE MENTAL TEMPORÁRIO GRADUAÇÃO;** Considerando a importância de adequar o Edital para melhor organização e garantir conformidade, transparência e eficiência na gestão do processo, bem como adequar o cronograma às etapas do processo seletivo; e, Atendendo ao encaminhamento da Diretoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – DIRAE, da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROAE, Processo 23520.011551/2024-19; b) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 122, DE 16 DE MAIO DE 2025 - Aprova o TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 AO EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 04/2025 NORMATIVO DO PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFOB PARA INGRESSO NO SEMESTRE LETIVO 2025.2;** Considerando a possibilidade de evitar análises desnecessárias de documentações de candidatos, de modalidades de grande demanda, cujas pontuações indiquem impossibilidade de ocupação da vaga, considerando o histórico de resultados das edições anteriores, dentre outras alterações para o aperfeiçoamento da norma; Considerando o número de candidatos que se inscrevem nas modalidades Transferência Externa e Portador de Diploma, especialmente, nos cursos de alta procura como Direito e Medicina, e na agilidade necessária ao processo; Considerando que o Edital já foi publicado e permanece com as inscrições abertas até o dia 30 de maio de 2025; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.005695/2025-17. Feitas as justificativas e esclarecimentos, o Presidente Antonio Souza passou a palavra aos Conselheiros para suas manifestações. Não havendo dúvidas e/ou contribuições, o Senhor Presidente submeteu ao regime de votação as Declarações Ad Referendum à Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, que foram aprovadas por unanimidade. Dando continuidade à sessão, o Presidente passou ao quarto ponto da pauta: **4) Continuação da apreciação do Parecer da Comissão referente à Análise e revisão da Política de ações de heteroidentificação complementar à autodeclaração**



das pessoas negras para fins de preenchimento das vagas reservadas às(aos) candidatas(os) negras(os) nos processos seletivos da UFOB (RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB N° 015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022), Processo 23520.007844/2024-93, Relator: Conselheiro Romenique da Silva de Freitas – Presidente da Comissão instituída pela PORTARIA CEAA/CONSUNI/UFOB N° 018/2024. O Presidente Antonio Souza registrou que na semana anterior foram discutidos alguns pontos do documento e que os Conselheiros ficaram de estudar o documento para contribuições nesta reunião. Esclareceu o processo de procedimento de heteroidentificação e projetou alguns dos pontos que considerou a necessidade de uma melhor análise. Apresentou Ofício Circular do Ministério da Educação - MEC referente a orientações acerca do estabelecimento das comissões de heteroidentificação. Chamou atenção em relação às regras de deliberação, item 21 do ofício, que as decisões das bancas devem ser baseadas em pareceres. Sugeriu, com base nisso, alteração do parágrafo do art. 12 da Resolução – acompanhando o documento orientador do MEC, e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Os conselheiros Adma Chaves, Rafael Simões, Thiago Rafagnin, Antonio Souza, Giovana Sousa, Gabriela Cerqueira e o convidado Levi Rodrigues apresentaram dúvidas, questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) observação de que uniformizar os pareceres melhorará o entendimento das bancas; ii) sugestão de alteração no §9º do art. 12: Se o candidato já foi heteroidentificado na graduação não precisa fazer outra heteroidentificação em outros processos seletivos na Instituição; iii) sugestão de aproveitar a heteroidentificação de outras universidades públicas federais, considerando o princípio da economicidade do serviço público; iv) sugestão de estender o aproveitamento da heteroidentificação às universidades públicas estaduais; v) observação de que para esse aproveitamento tem que haver o consenso na rede Andifes, porém, não se sabe se isso está sendo discutido para fora da rede federal. Que a orientação do MEC se restringe às universidades federais; vi) observação de que a ideia de heteroidentificação pode ser diferente de uma região para outra, podendo descaracterizar a cota; vii) sugestão de que a heteroidentificação seja feita apenas dentro da Instituição e aproveitada dentro dos próprios processos seletivos; viii) informação que a Lei de Cotas faz reserva considerando o percentual de pessoas negras do estado. Que há um percentual previsto com base na população do estado, mas o Supremo Tribunal Federal - STF é contrário que se faça reserva de vagas para estudantes no próprio estado, podendo as vagas ser ocupadas por qualquer pessoa negra do Brasil; ix) observação que a leitura sobre a heteroidentificação é diferente em cada localidade, considerando as diversidades fenotípicas de cada região, o que pode se tornar uma complicação e desvirtuar o objetivo das cotas; x) sugestão de acrescentar dispositivo definindo que o aproveitamento da heteroidentificação seja de heteroidentificação ocorrida em região com as mesmas características das da Instituição em que se apresentará a heteroidentificação; xi) observação de que para não utilizar uma validação que foi realizada em outra instituição tem que haver critérios objetivos definidos, podendo até ocasionar nulidade do ato; xii) sugestão de que sejam encaminhadas propostas dos critérios para avaliação; xiii) sugestão de que na resolução seja explicitada a região de abrangência. Após discussões, e considerando que haviam pontos de pauta que precisavam ser discutidos nesta sessão, o Presidente sugeriu a suspensão da discussão do ponto para conclusão da análise em próxima sessão, o que foi acolhido. Em seguida, passou a palavra à Relatora para apresentação do quinto ponto da pauta: 5) **Apreciação do Parecer da Relatora**



referente à Solicitação de alteração do EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 4, DE 14 DE MAIO DE 2025 - Edital Normativo do Processo Seletivo para preenchimento de Vagas Residuais dos Cursos de Graduação da UFOB para ingresso no Semestre Letivo 2025.2, para equiparação dos eixos dos cursos superiores de tecnologia que apresentam conhecimentos da mesma grande área dos cursos de graduação, independente da modalidade de curso de origem, que foi encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.005695/2025-17, Relatora: Giovana Damasceno Sousa. A conselheira Giovana Sousa cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que a solicitação de retificação do EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 4, de 14 de maio de 2025, quanto ao Barema utilizado na modalidade "Ingresso de Portador de Diploma", foi motivada por e-mail enviado por pessoa interessada em participar do certame, com a justificativa de que a forma como as áreas de conhecimento e áreas afins dos cursos está colocada no referido Edital oferece risco à isonomia do processo seletivo. Que considerando que o Anexo III (QUADRO PARA VERIFICAÇÃO DOS CURSOS DE MESMA ÁREA E DE ÁREAS AFINS AOS CURSOS PRETENDIDOS) do Edital, faz referência às grandes áreas de Conhecimento definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST, é importante salientar que a classificação das grandes áreas de conhecimento da Capes aglomera os cursos em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos e, mais especificamente, por um conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas. A classificação apresentada pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia não agrupa os cursos por área de conhecimento, especificamente, faz a distribuição por eixos tecnológicos. Diante das considerações apresentadas, a Relatora manifestou parecer desfavorável ao deferimento da solicitação de retificação do Edital. No entanto, sugeriu que a CEEA institua Comissão para analisar e definir os cursos dos eixos temáticos do CNCST que possam se enquadrar como da mesma área de conhecimento do curso pretendido ou área afim, com base no percurso formativo e não na amplitude da inclusão dos eixos temáticos, definindo-se critérios para a análise. Concluída a apresentação do Parecer, o **Presidente Antonio Souza** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. A conselheira **Adma Chaves** agradeceu à Relatora pelo parecer e registrou que a Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD entende que o eixo da formação é amplo e traz uma série de características de cursos que são bem específicos. Acolheu a sugestão de comissão para a análise para o próximo edital, considerando que o edital já está correndo e o tempo é curto. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, o **Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer da Relatora referente à Solicitação de alteração do EDITAL CPS/PROGRAD/UFOB Nº 4, DE 14 DE MAIO DE 2025 - Edital Normativo do Processo Seletivo para preenchimento de Vagas Residuais dos Cursos de Graduação da UFOB para ingresso no Semestre Letivo 2025.2, para equiparação dos eixos dos cursos superiores de tecnologia que apresentam conhecimentos da mesma grande área dos cursos de graduação, independente da modalidade de curso de origem, que foi encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.005695/2025-17, que foi aprovado com onze votos favoráveis e uma abstenção.** Dando continuidade à pauta, o Presidente



passou ao sexto ponto da pauta: **6) Apreciação do Parecer do Relator referente à Proposta de alteração do Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS (Reforma Curricular), vinculado ao Centro das Humanidades - CEHU, Processo 23520.007384/2023-12, Relator: Conselheiro Neilton dos Reis Goularth.** O Presidente **Antonio Souza** agradeceu ao Coordenador do Curso **Rubio Ferreira** pela presença na reunião e lhe passou a palavra para breve apresentação. Concluída a apresentação, o Presidente passou a palavra ao Relator para apresentação do Parecer. O conselheiro **Neilton Goularth** cumprimentou a todos e passou à apresentação do Parecer. Em suas considerações, registrou que o Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais foi apresentado e aprovado, em todas as instâncias cabíveis, no ano de 2018 e teve seu funcionamento iniciado no ano de 2019. Que a alteração no Projeto Pedagógico vem sendo pensada coletivamente há alguns anos, o que pode ser notado quando o documento de Minirreforma expõe que durante o período de 29 de novembro de 2022 a 29 de maio de 2023 foi aberto um formulário público de proposição de reformas. Que as alterações propostas, de forma geral, caminham junto de – e fazem avançar – as finalidades dispostas no Regimento Interno do Programa. Registrou que os novos componentes curriculares a serem criados vão ao encontro do aprofundamento teórico das Linhas de Pesquisa do PPGCHS: “Linguagem, Cultura e Poder” e “Sociedade, Políticas Públicas e Sustentabilidade”. E as alterações miram, ainda, numa melhoria da nota do Programa junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes para que isso abra caminhos para uma possível futura proposta de doutorado. Informou que todas as contribuições recebidas foram acolhidas. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) Incluir a ementa e as referências dos quatro componentes curriculares nomeados na proposta como “componentes curriculares de dois créditos e de ementa aberta”. São eles: “Diálogos interdisciplinares: Linguagem, cultura e poder”, Diálogos interdisciplinares: Políticas públicas e sustentabilidade”, “Cátedra Transdisciplinar de Internacionalização em Ciências Humanas e Sociais” e “Cátedra Intercultural de Linguística Aplicada”. Justifica-se essa inclusão, ainda que não seja um item obrigatório da RESOLUÇÃO CEEA/CONSUNI/UFOB Nº 005, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, que rege o Ensino de Pós-Graduação na UFOB, a partir da compreensão da necessidade de operacionalização no sistema de registro e matrícula; b) Incluir explicitamente na proposta a alteração dos componentes “CHS003 - ORIENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO I - 75h” e “CHS0004 - ORIENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO II - 75h” que deixam de ser Disciplinas e passam a ser Atividades. Justifica-se essa inclusão de forma explícita uma vez que ela já consta, mas de forma implícita. No Projeto Pedagógico vigente, tais componentes são Disciplinas Obrigatórias; já na reforma, mais especificamente no roteiro para a cursagem dos componentes curriculares do PPGCHS, estão colocados como Atividades. Sendo assim, compreende-se como uma proposta que não foi argumentada e explicitada como é o necessário que seja. Diante das considerações apresentadas e do atendimento às recomendações, o Relator manifestou parecer favorável à aprovação da alteração do Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais - PPGCHS, vinculado ao Centro das Humanidades - CEHU. Concluída a apresentação do Parecer, o **Presidente Antonio Souza** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Os conselheiros **Adma Chaves, Giovana Sousa, Antonio Souza, Rafael Simões** e o convidado **Rubio Ferreira** apresentaram dúvidas, questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) dúvida com relação aos componentes



curriculares propostos optativos e com relação ao quadro docente, e se há aderência para oferta dos componentes; ii) esclarecimento de que a forma como as disciplinas foram construídas, a partir de diálogos entre os docentes, que é possível a oferta para tornar o curso mais interdisciplinar; iii) questionamento com relação as atividades: que a orientação de dissertação, que estava como disciplina passou a ser atividade e não ficou claro se serão obrigatórias ou optativas; iv) observação que existem situações em que pelo fato de um componente ser “atividade de orientação” pode não ser realizada a matrícula; v) sugestão de manter a segunda orientação como optativa; vi) sugestão de alterar o item “b” do Parecer para colocar que será uma atividade obrigatória e individual, pois precisa cadastrar como atividade individual; vii) questionamento se é realmente necessário que a defesa de dissertação seja obrigatória, já que existe orientação de dissertação 1 e 2. Após discussões, foi aprovado pelos conselheiros o destaque ao Parecer, que foi acolhido pelo Relator, qual seja: a) Incluir explicitamente na proposta a alteração dos componentes “CHS003 - ORIENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO I - 75h” e “CHS0004 - ORIENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO II - 75h” que deixam de ser Disciplinas e passam a ser Atividades Obrigatórias. Justifica-se essa inclusão de forma explícita uma vez que ela já consta, mas de forma implícita. No Projeto Pedagógico vigente, tais componentes são Disciplinas Obrigatórias; já na reforma, mais especificamente no roteiro para a cursagem dos componentes curriculares do PPGCHS, estão colocados apenas como Atividades. Sendo assim, compreende-se como uma proposta que não foi argumentada e explicitada como é o necessário que seja. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, o **Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Proposta de alteração do Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS (Reforma Curricular), vinculado ao Centro das Humanidades - CEHU, Processo 23520.007384/2023-12, acolhido o Destaque aprovado pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade.** Dando continuidade à reunião, considerando o prazo de publicação do edital, o Presidente informou que inverteria a pauta, o que foi acolhido por todos. O Presidente Antonio Souza passou a palavra ao Relator para apresentação do nono ponto da pauta: **9) Apreciação do Parecer do Relator referente à Proposta do EDITAL CPE/PROGRAD/UFOB Nº 06/2025 - Seleção de Tutor para Programas de Educação Tutorial – PET, encaminhado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.004656/2025-94, Relator: Conselheiro Thiago Ribeiro Rafagnin.** O conselheiro **Thiago Rafagnin** cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que o edital apresentado encontra-se devidamente fundamentado nas normativas institucionais e ministeriais vigentes, incluindo as orientações contidas no Manual de Orientações Básicas PET (MEC/SESu), na Portaria MEC nº 976/2010 e na Portaria MEC nº 343/2013. Que a proposta atende aos princípios da publicidade, impessoalidade, eficiência e legalidade, possuindo cronograma detalhado, critérios objetivos de seleção, etapas bem delimitadas e previsão de recurso. Ressaltou, ainda, que a iniciativa é de grande relevância para a comunidade acadêmica, considerando que o PET constitui uma importante política pública de fomento à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a formação integral dos(as) estudantes. Que o grupo PET Humanidades, objeto do edital, representa uma estratégia relevante de valorização das áreas das ciências humanas na UFOB e de incentivo à produção de conhecimento crítico e socialmente comprometido. Registrou que não foram recebidas contribuições dos Conselheiros durante a elaboração do Parecer. Diante das considerações apresentadas e da regular instrução do processo, o



Relator manifestou parecer favorável à aprovação do EDITAL CPE/PROGRAD/UFOB Nº 06/2025, referente à Seleção de Tutor(a) para o Programa de Educação Tutorial – PET Humanidades. Concluída a apresentação do Parecer, o **Presidente Antonio Souza** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. A conselheira **Adma Chaves** agradeceu ao Relator pelo Parecer e registrou que o grupo PET existe há mais de 10 anos. Que o edital tem algumas diferenças dos anteriores, tendo a possibilidade do candidato fazer proposições ao PET. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, o **Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Proposta do EDITAL CPE/PROGRAD/UFOB Nº 06/2025 - Seleção de Tutor para Programas de Educação Tutorial – PET, encaminhado pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.004656/2025-94, que foi aprovado por unanimidade.** Na sequência, o Presidente passou a palavra ao Relator para apresentação do oitavo ponto da pauta: **8) Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração do Modelo de Edital Simplificado PROAE/UFOB, que trata do Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação - PBP/MEC no âmbito da UFOB, encaminhada pela Diretoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – DIRAE da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROAE, Processo 23520.004714/2024-07, Relator: Conselheiro Romenique da Silva de Freitas.** O conselheiro **Romenique Freitas** passou à leitura do parecer. Em suas considerações, registrou que a proposta de alteração do Modelo de Edital Simplificado PROAE/UFOB denota o compromisso institucional com a lisura e a eficiência do processo seletivo. Que as propostas de alteração ao modelo do edital foram integralmente acolhidas, por se adequarem às normativas vigentes e aos objetivos institucionais e do Programa de Bolsa Permanência. Ao aprovar as alterações propostas, a Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas estará aprimorando o processo seletivo, assegurando que se mantenha justo e acessível a todos os estudantes elegíveis. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) Alterar o texto do item 4.3, a fim de contemplar a utilização dos sistemas institucionais de forma mais abrangente, refletindo a diversidade de procedimentos adotados pela instituição e reforçando a responsabilidade da pessoa estudante quanto à atualização de seus dados pessoais, passando à seguinte redação: 4.3. Serão analisadas as inscrições realizadas no SIGAA e, quando aplicável, por meio de formulário complementar, sendo de responsabilidade da pessoa estudante manter seus dados pessoais (e-mail, telefone, entre outros) atualizados nos sistemas institucionais. A não regularização da inscrição no SIGAA, no formulário complementar (quando cabível), e no SISBP acarretará em desclassificação; b) Alterar o texto do item 4.5.1, com o objetivo de alinhar a redação às diretrizes do Ministério da Educação - MEC, que determinam que a inscrição no SISBP é de responsabilidade da pessoa estudante. Além disso, retira-se a menção ao ranqueamento prévio no SIGAA e à convocação por e-mail, uma vez que tais etapas não são pré-requisitos obrigatórios para a realização da inscrição no sistema do MEC, permitindo maior autonomia e clareza no processo, passando à seguinte redação: 4.5.1. As inscrições no SISBP são de responsabilidade exclusiva da pessoa estudante, devendo ser realizadas conforme as orientações do MEC, em observância à(s) (Normas Vigentes nº X/XX) e demais normativos aplicáveis, dentro dos prazos estabelecidos neste Edital; c) Incluir um novo item, o qual será identificado como 3.1.9, visando atender estritamente ao disposto na Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, e na Portaria MEC nº 1.999, de 10 de novembro de 2023, que tratam da Bolsa Permanência. A medida assegura conformidade com as normativas vigentes, garantindo



segurança jurídica ao edital e transparência aos participantes. Texto a ser incluído: 3.1.9. Atender ao disposto na Portaria MEC XXX de XX de XXX de 20XXX, e na(o) XXXX MEC nº XXX, de XX de XXXX de 20XX; d) Incluir um novo item, o qual será identificado como 4.5.1.1, visando garantir a validade das inscrições já realizadas pelas pessoas estudantes no SISBP antes da publicação deste edital, considerando que o sistema do MEC não permite a delimitação de períodos específicos de inscrição. A medida visa assegurar isonomia no processo seletivo, evitando prejuízos a quem, de forma antecipada e em conformidade com as orientações do MEC e da legislação vigente, já efetuou sua inscrição. Texto a ser incluído: 4.5.1.1. Serão consideradas válidas as inscrições realizadas no SISBP no ano vigente, desde que efetuadas até a data final prevista neste edital, em conformidade com as orientações do MEC e da legislação vigente, ficando sujeitas às disposições aqui estabelecidas. Diante das considerações apresentadas e do acolhimento integral das sugestões de alteração propostas pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROAE, o Relator manifestou parecer favorável à aprovação da Proposta de Alteração do Modelo de Edital Simplificado PROAE/UFOB, referente ao Programa de Bolsa Permanência - PBP/MEC no âmbito da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB. Concluída a apresentação do Parecer, o **Presidente Antonio Souza** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Registrou que o sistema que dá a bolsa vem do MEC, e que a Universidade faz apenas o ranqueamento. Que é feito o ajuste e a gestão das inscrições e que o ajuste do Edital foi para ter um melhor alinhamento. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, o **Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração do Modelo de Edital Simplificado PROAE/UFOB, que trata do Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação - PBP/MEC no âmbito da UFOB, encaminhada pela Diretoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – DIRAE da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROAE, Processo 23520.004714/2024-07, que foi aprovado por unanimidade.** Considerando o atingimento do teto previsto para o término da reunião, o Presidente informou que suspenderia a reunião e que seria agendada nova sessão para a conclusão da pauta, sendo acolhido por todos. **O Senhor Presidente da Câmara, Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza, agradeceu à presença de todos e suspendeu a sessão às doze horas e três minutos. Às nove horas e nove minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e cinco,** a reunião foi retomada na Sala de Reuniões do Campus Reitor Edgard Santos (PU15) e por videoconferência, com transmissão ao vivo, em caráter ordinário, sob a presidência do **Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza,** contando com a presença dos Pró-Reitores e/ou Representantes: **Aurizangela Oliveira de Sousa** (PROPGP) e **Adma Kátia Lacerda Chaves** (PROGRAD); dos Diretores de Centro: **Luís Gustavo Henriques do Amaral** (CCET), **Romenique da Silva de Freitas** (CMB) e **Rafael da Conceição Simões** (CCBS); do Vice-Diretor representando a Direção de Centro: **Heveson Luís Lima de Matos** (CMLEM), do Representante dos Servidores Docentes de Centro: **Ricardo de Jesus Machado** (CMSMV); da Representante dos Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação: **Gabriela Silva Cerqueira;** e do Participante Convidado: **Levi José Rodrigues** - Representante da Comissão de Heteroidentificação; para tratarem da seguinte pauta: **4) Continuação da apreciação do Parecer da Comissão referente à Análise e revisão da Política de ações de heteroidentificação complementar à autodeclaração das pessoas negras para fins de preenchimento das vagas reservadas**



às(aos) candidatas(os) negras(os) nos processos seletivos da UFOB (RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022), Processo 23520.007844/2024-93, Relator: Conselheiro Romenique da Silva de Freitas – Presidente da Comissão instituída pela PORTARIA CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 018/2024; 7) **Apreciação do Parecer da Relatora referente ao Recurso que trata do Pedido de Aproveitamento de Estudos para a disciplina de Economia do Curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, interposto pela estudante Camylla Giovanna Rocha, Processo 23520.001400/2025-25, Relatora: Conselheira Gabriela Silva Cerqueira; 10) Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração do Regulamento de Ensino de Graduação - REG (RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009/2021), encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo: 23520.003956/2025-56, Relator: Conselheiro Rafael da Conceição Simões.** Havendo *quórum*, o Senhor Presidente, Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza, cumprimentou a todos os conselheiros presentes e deu início à Continuação da 45ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho Universitário da UFOB. Deu boas-vindas ao Participante Convidado: Levi José Rodrigues - Representante da Comissão de Heteroidentificação e informou que, considerando urgência para encaminhamento de alguns documentos, seriam invertidos os pontos de pauta. Não havendo manifestações em contrário, passou a palavra à Relatora para apresentação do sétimo ponto da pauta: **7) Apreciação do Parecer da Relatora referente ao Recurso que trata do Pedido de Aproveitamento de Estudos para a disciplina de Economia do Curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, interposto pela estudante Camylla Giovanna Rocha, Processo 23520.001400/2025-25, Relatora: Conselheira Gabriela Silva Cerqueira.** A conselheira Gabriela Cerqueira cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que o aproveitamento de estudos está previsto no Regulamento de Ensino de Graduação - REG/UFOB, RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, de 03 de dezembro de 2021, conforme o disposto nos artigos 88, 89, 90, 91, 92 e 93. Que a estudante está regularmente matriculada no curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica oferecido pela UFOB, Campus Bom Jesus da Lapa. Informou que no histórico escolar consta a aprovação da estudante e apresenta a carga horária do componente curricular, e que o plano de ensino apresenta a ementa e o conteúdo programático, portanto, atendendo aos critérios Art. 90 e Art. 91. Que no semestre 2023.2, a estudante concluiu a carga horária quase que total do curso, o equivalente a 90% (noventa por cento) da carga horária total do curso: Exigido – 3870h, Integralizado – 3410h, Pendente 395h (LAP0044 ECONOMIA 25h LAP2106 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO Matriculado em Equivalente 100h LAP2054 ESTÁGIO SUPERVISIONADO 270 h). Observou que a disciplina está sendo ofertada anualmente desde 2023, e que em 20 de junho de 2023, a estudante enviou um e-mail (página 45) solicitando cursar a disciplina e informando o choque de horário e que era formanda. Que em 28 de fevereiro de 2024, a estudante foi orientada a cursar a disciplina como aluna especial em uma instituição próxima e depois solicitar aproveitamento (neste caso, tem que atender a CH e 70% da ementa) (página 48). Seguindo esta orientação, ela realizou o procedimento conforme já foi descrito. Diante das considerações apresentadas, a Relatora manifestou parecer favorável à aprovação do



requerimento de Aproveitamento de Estudos para a disciplina de Economia do Curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, interposto pela estudante Camylla Giovanna Rocha. Concluída a apresentação do Parecer, o **Presidente Antonio Souza** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. A conselheira **Adma Chaves** cumprimentou a todos e registrou que atualmente existem mecanismos dentro do REG que fazem vedações a essas questões. Ressaltou que a PROGRAD recebe consultas sobre aproveitamento de estudos feitos de forma isolada nas instituições privadas, e que em termos de modalidade de educação, a legislação coloca que não há distinção. O **Presidente Antonio Souza** informou que o processo chegou na Câmara, pois já havia passado pelas instâncias do Centro que remeteram à Câmara como recurso. Observou que a carga horária na UFOB para o componente é de 30h e a cursada pela estudante foi de 80h, passando da exigida. Que como Presidente da Câmara fez uma diligência ao Centro antes do processo ser encaminhado para um parecerista, no intuito de subsidiar na análise, para compreender como as disciplinas estavam sendo ministradas no Campus, tendo sido encaminhados três planos de ensino diferentes, com ementas compatíveis com o PPC, mas que os conteúdos programáticos eram diferentes. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, o **Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer da Relatora referente ao Recurso que trata do Pedido de Aproveitamento de Estudos para a disciplina de Economia do Curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica, vinculado ao Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa, interposto pela estudante Camylla Giovanna Rocha, Processo 23520.001400/2025-25, que foi aprovado por unanimidade.** Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Relator para apresentação do décimo ponto da pauta: **10) Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração do Regulamento de Ensino de Graduação - REG (RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB N° 009/2021), encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo: 23520.003956/2025-56, Relator: Conselheiro Rafael da Conceição Simões.** O conselheiro **Rafael Simões** cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que o Regulamento de Ensino de Graduação da UFOB é o terceiro documento na hierarquia de resoluções que direcionam o fazer docente, juntamente com o Regulamento de Ensino de Pós-Graduação, estando acima deles o Regimento Geral e o Estatuto da Universidade. Tendo em vista da importância do referido documento, das atualizações normativas referente aos sistemas de avaliação dos cursos de graduação a nível do Ministério da Educação, das atualizações dos projetos pedagógicos dos cursos da UFOB e da escuta ativa da Pró-Reitoria de Graduação em atenção aos coordenadores de colegiado de curso, o Regulamento de Ensino de Graduação é um documento que precisa estar sempre sendo revisado para estar em consonância com os marcos regulatórios nacionais. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) Incluir o Art. 27-A no Capítulo IV do REG, para indicar a que o Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado e defendido em sessão pública, com a possibilidade de utilização de recursos digitais de tecnologias de informação e comunicação, atentando ao previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Projeto Pedagógico do Curso, ficando a redação da seguinte forma: Art. 27-A O Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado e defendido em sessão pública, com a possibilidade de utilização de recursos digitais de tecnologias de informação e comunicação, atentando ao previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Projeto Pedagógico do Curso; b) Corrigir a numeração dos parágrafos do Art. 39, antes § 3º e §



4º, ficando como § 1º e § 2º; c) Alterar a redação do, agora, § 1º do Art. 39, e criar os incisos I, II e III, indicando os tipos de vagas ofertadas para o ingresso regular, assim como, a quem se destinam, seguindo a definição do INEP para preenchimento do Censo da Educação Superior, ficando a redação da seguinte forma: §1º Consideram-se formas regulares de ingresso as que estabelecem vínculo com curso de graduação, a partir de: I – vagas novas – vagas ofertadas durante o ano de referência do Censo para egressos do ensino médio e as vagas não ocupadas no ano de referência e ofertadas novamente (residuais); II – vagas remanescentes – vagas não ocupadas ou que foram desocupadas em anos anteriores, ofertadas no ano de referência, que se destinam a candidatos que já ingressaram na educação superior e que no ano de referência fazem novo ingresso; III – vagas de programas especiais – vagas que fomentam a oferta de turmas especiais para demandas específicas. § 2º Consideram-se formas especiais de ingresso as que não estabelecem vínculos ao curso de graduação, permitindo unicamente inscrição em componentes curriculares isolados de graduação; d) Alterar a redação do Art. 40, excluindo os incisos, visto que já estão contemplados na alteração indicada no item “c” e o parágrafo único que ficará contido na nova redação do Art. 40, da seguinte forma: Art. 40. São formas regulares e especiais de ingresso nos cursos de graduação os processos seletivos aprovados pela Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas; e) Alterar no título da Seção II Das vagas residuais do Capítulo I, para Seção II Das vagas remanescentes, considerando que toda a seção destina vagas que não foram ocupadas no ano de referência ou em anos anteriores para candidatos que já ingressaram na educação superior e que no ano de referência fazem novo ingresso, ficando da seguinte forma: Seção II -Das vagas remanescentes; f) Substituir nos Artigos 51, 52, 59, 60, 89, 208-B, o termo “vagas residuais” por “vagas remanescentes”; g) Incluir no Art 59 que para os cursos com ingresso semestral a matrícula poderá ocorrer para o 2º (segundo) semestre subsequente e o 1º semestre do ano letivo subsequente, reduzindo o número de estudantes em um único semestre de ingresso, ficando a redação da seguinte forma. Art. 59. O edital para o preenchimento de vagas remanescentes de graduação será lançado no 1º (primeiro) semestre do ano letivo, com previsão de matrícula para o 2º (segundo) semestre subsequente e o 1º semestre do ano letivo subsequente; h) Alterar o Art. 73 do REG, para a permissão de inscrição em componentes curriculares a egressos dos cursos de graduação da UFOB, quando se tratar de componentes curriculares com ementas atualizadas e códigos diferente em relação aos cursados anteriormente, para fins de formação continuada, ficando a redação da seguinte forma: Art. 73. Será permitida a inscrição em componentes curriculares a estudante ou egresso de curso superior de outras instituições nacionais ou estrangeiras ou egresso dos cursos de graduação da UFOB que deseja realizar estudos específicos, condicionada à existência de vagas; i) Alterar a redação do Art. 88, e incluir os incisos I e II e suas alíneas, indicando quais componentes curriculares e atividades são passíveis de aproveitamento. Atualmente, o REG indica apenas o que é vedado no processo de aproveitamento de estudos e com a alteração da LDB é necessário regulamentar o aproveitamento de componentes curriculares da educação profissional técnica de nível médio sempre que o curso desse nível e o de nível superior tecnológico sejam de áreas afins, ficando a redação da seguinte forma: Art. 88. O aproveitamento de estudos poderá ser requerido para efeito de integralização do currículo, para dispensa de cursar componente curricular ou carga horária nos cursos oferecidos pela Universidade, sendo passíveis de aproveitamento: I – para fins de dispensa de cursar componentes curriculares: a) componentes curriculares concluídos com aprovação em cursos de



560 graduação autorizados ou reconhecidos pelo MEC ou de IES estrangeiras desde que
561 atendam ao § 2º do Art. 90; b) componentes curriculares concluídos com aprovação em
562 cursos da educação profissional técnica de nível médio sempre que o curso desse nível e
563 o de nível superior tecnológico sejam de áreas afins; II – para fins de dispensa de carga
564 horária optativa podem ser aproveitados os estudos realizados em cursos, atividades e
565 programas institucionais da UFOB e de outras instituições, envolvendo a pesquisa, ensino
566 e extensão, em conformidade com o Art. 92 do REG; j) Incluir os parágrafos 3º e 4º no
567 Art. 88, indicando as vedações necessárias para o bom andamento do trabalho do
568 colegiado do curso quando das análises de solicitação de aproveitamento de estudos,
569 ficando a redação da seguinte forma: § 3º São passíveis de apreciação, conforme o caput,
570 apenas componentes curriculares cursados com aprovação, sendo vedada a análise de
571 pedidos relativos a componentes curriculares cujos créditos tenham sido concedidos por
572 aproveitamento prévio. §4º É vedado o aproveitamento de estudos de componentes
573 curriculares integralizados em outra IES concomitantemente ao período de vínculo ativo
574 com a UFOB, sem que tenha havido situação de mobilidade acadêmica ou trancamento
575 total do semestre ou cancelamento de matrícula ou matrícula regular em outro curso
576 distinto do curso de origem da UFOB, atendendo ao previsto nas alíneas “a” e “b” do
577 inciso I do *caput* deste artigo; k) Criar o Art. 93-A na Seção VII do REG, com a definição
578 de Avaliação de Conhecimento Prévio, a partir da comprovação de outras formas de
579 aprendizagens e, de tal forma, que fique evidenciado a possibilidade de abreviação do
580 curso, conforme Lei nº 9394/1996 e Parecer CNE/CP nº 19/2022, ficando a redação da
581 seguinte forma: Art. 93-A. A Avaliação de Conhecimento Prévio consiste na utilização
582 de experiências vivenciadas pelo estudante fora da Instituição, anteriores à matrícula
583 nesta e no decorrer da duração do curso, que o tenham levado à apropriação de
584 conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades referentes aos conteúdos de um
585 componente curricular. §1º Em caso de aprovação, será registrado o aproveitamento do
586 componente curricular no histórico escolar do estudante. §2º A Avaliação de
587 Conhecimento Prévio será aplicados por banca examinadora especial e será realizada por
588 meio de provas ou outros instrumentos de avaliação específicos determinados pela banca
589 e permitirá a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares, sendo possível a
590 abreviação do tempo de duração do curso de graduação; l) Alterar a redação do § 1º do
591 Art. 94, incluindo as exceções possíveis de pleitear a avaliação de conhecimento prévio
592 quando a pessoa estudante já está matriculada no componente curricular, ficando a
593 redação da seguinte forma: §1º A solicitação de avaliação de conhecimento prévio não
594 será deferida à pessoa estudante que tenha sido inscrita no componente ao qual pleiteia
595 ou em componentes equivalentes em semestres anteriores a solicitação, exceto nas
596 situações em que a pessoa seja: I – ingressante, devido a matrícula compulsória nos
597 componentes curriculares do primeiro semestre; II - formanda com aprovação em
598 concurso público, desde que nomeada; III - formanda e não houver oferta do componente
599 curricular; IV – transferida, portadora de diploma, reingressa ou reintegrada que não teve
600 o aproveitamento de estudos em componente curricular, devido à carga horária ou
601 ementa; V - com altas habilidades, superdotação ou altas habilidades e superdotação; m)
602 Criar o § 3º do Art. 94, indicando a necessidade do colegiado do curso analisar a
603 pertinência de realização de Avaliação de Conhecimento Prévio para componentes
604 curriculares que tenham relação direta com a interação social e envolvam o
605 desenvolvimento de habilidades comportamentais para o exercício profissional,
606 compreendendo que a formação teórica e técnica não estão dissociadas da formação



humana e das habilidades necessárias para lidar com situações conflituosas, ficando a redação da seguinte forma: §3º A realização de Avaliação de Conhecimento Prévio para componentes curriculares que tenham relação direta com a interação social e envolvam o desenvolvimento de habilidades comportamentais nos quais a prática e a vivência diária são consideradas fatores essenciais para a formação global do estudante deverá ser analisada pelo colegiado do curso, que deliberará pela sua aplicação ou não; n) Criar o § 1º-A, no Art. 95, indicando que o colegiado do curso deverá fornecer o Programa de Ensino do componente curricular para o estudante e para a banca examinadora, ficando a redação da seguinte forma: §1º-A O Colegiado do Curso deverá fornecer o programa de ensino do componente curricular alvo da Avaliação de Conhecimento Prévio para a pessoa estudante e para a banca examinadora; o) Incluir na redação do §2º, no Art. 95, que um dos docentes membros da banca examinadora seja, preferencialmente, de outra unidade universitária da UFOB, se possível, e que este presidirá a banca examinadora, dirimindo conflitos de interesse, ficando a redação da seguinte forma: §2º O exame para a avaliação do conhecimento prévio deverá ser solicitado pelo Colegiado do Curso ao órgão responsável pela oferta do componente curricular que, por sua vez, constituirá uma banca examinadora, composta por, no mínimo, 03 (três) professores, sendo um deles, obrigatoriamente, docente responsável pelo componente curricular no qual o estudante será avaliado, e uma outra pessoa docente, preferencialmente, de outra unidade universitária da UFOB, se possível, que presidirá a banca examinadora; p) Alterar a redação do § 3º do Art. 95, indicando que os processos avaliativos ficam a critério da banca avaliadora, observando as normas contidas nos incisos I (sobre o perfil profissional do egresso), II (sobre a natureza do componente curricular), III (conteúdo programático) e IV (sobre o número mínimo de avaliações estabelecidas no Art. 131 do REG), ficando a redação da seguinte forma: §3º O exame de conhecimento prévio deverá considerar como referência a ementa e o programa de ensino do componente curricular, adotando processos avaliativos compatíveis com as características do componente curricular a ser dispensado, em um programa de avaliação, observando: I – o perfil profissional do egresso; II - a natureza do componente curricular, se teórico, teórico-prático ou prático; III – o conteúdo programático; IV – no mínimo, 02 (dois) instrumentos de avaliação; q) Criar o § 3º - A e seus incisos I, II e III, no Art. 95, indicando a nota final para aprovação na Avaliação de Conhecimento Prévio, assim como os procedimentos quando da aprovação e da reprovação, conforme nota final prevista no Art. 132 do REG, ficando a redação da seguinte forma: §3º - A. Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota final igual ou superior a 5,0 (cinco), observando: I – o estudante que não obtiver a nota mínima referida no caput deste parágrafo não poderá candidatar-se novamente à Avaliação de Conhecimento Prévio para o mesmo componente curricular ou na mesma área de estudo; II – o estudante reprovado na avaliação de desempenho deverá matricular-se, obrigatoriamente no componente curricular e cursá-lo em regime regular, conforme normatização vigente. III - para aluno com matrícula no 1º semestre, o mesmo deverá continuar a frequentar aula até obter o resultado da avaliação, e em caso de reprovação a matrícula continuará válida, devendo o aluno continuar a frequentar as aulas em regime regular; r) Revogar o § 5º do Art. 95 e dar nova redação § 5º do Art. 95, acrescentando os incisos I e II, com a indicação de que o colegiado do curso deverá arquivar o processo de estudante ingressante quando este não obtiver aprovação e encaminhar a nota obtida, pelos estudantes enquadrados nas demais situações previstas nos incisos II, III, IV e V do § 1º do Art. 94, ao Órgão de Registros Acadêmicos independente do resultado ser



654 aprovado ou reprovado, ficando a redação da seguinte forma: §5º O Colegiado do Curso,
655 após a decisão final fundamentada sobre a avaliação de conhecimento prévio deverá: I –
656 arquivar o processo acadêmico, se estudante ingressante, com resultado final reprovado,
657 para que este continue a frequentar às aulas do componente curricular de forma regular;
658 II - encaminhar o processo ao Órgão de Registros Acadêmicos, se estudante nas demais
659 situações previstas nos incisos II, III, IV e V do § 1º do Art. 94, independente se aprovado
660 ou reprovado, para que seja registrada a nota obtida no histórico escolar do estudante; s)
661 Criar o §6º do Art. 95, possibilitando a realização de uma segunda chamada caso o
662 estudante, por força maior, não consiga realizar a avaliação na data prevista, ficando a
663 redação da seguinte forma: §6º A pessoa estudante que por força maior não consiga
664 realizar a avaliação na data prevista, poderá solicitar uma segunda chamada com data
665 marcada pelo Colegiado do Curso via processo acadêmico justificado e comprovado,
666 sendo apensado ao processo original; t) Incluir os incisos VI e VII ao Art. 151 do
667 Regulamento de Ensino de Graduação, em atendimento ao disposto na Lei 14.952, de 06
668 de agosto de 2024, que altera a Lei 9.394/1996, e estabelece regime escolar especial aos
669 estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde ou de
670 condição de saúde que impossibilite o acesso à instituição de ensino e às mães estudantes
671 lactantes, ficando a redação da seguinte forma: VI - estudantes impossibilitados de
672 frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde ou de condição de saúde que
673 impossibilite o acesso à instituição de ensino; VIII - mães estudantes lactantes; u) Revogar
674 o parágrafo único do Art. 151, transformando-o em parágrafo primeiro e incluir o
675 parágrafo segundo indicando que nos casos previstos nos incisos VI e VII é
676 imprescindível demonstrar que a condição do regime de exercício domiciliar é necessária
677 para garantir a continuidade e a permanência de suas atividades, ficando a redação da
678 seguinte forma: ~~Parágrafo único. O período do regime de exercícios domiciliares poderá~~
679 ~~ser prorrogado, excetuando a situação especificada no inciso II do caput deste artigo, ou~~
680 ~~solicitado antes do prazo, apenas na situação especificada no inciso I deste artigo.~~ §1º O
681 período do regime de exercícios domiciliares poderá ser prorrogado, excetuando a
682 situação especificada no inciso II do caput deste artigo, ou solicitado antes do prazo,
683 apenas na situação especificada no inciso I deste artigo; §2º O acesso ao regime de
684 exercício domiciliar previsto nos incisos VI e VII do caput deste artigo será condicionado
685 à comprovação de que a situação de saúde impossibilite a frequência as aulas, e de que a
686 inclusão no regime é condição necessária para garantir a continuidade e a permanência
687 de suas atividades no ensino superior; v) Incluir o Art. 151-A indicando a vedação de
688 regime de exercício domiciliar para componentes curriculares práticos e de
689 estágio/internato, considerando as metodologias de ensino e a construção de habilidades
690 específicas nestes componentes curriculares, ficando a redação da seguinte forma: Art.
691 151-A O regime de exercício domiciliar não poderá ser aplicado para compensação de
692 ausência nas aulas de componentes curriculares predominantemente práticos e de
693 estágio/internato. Parágrafo único. Será assegurado ao cancelamento da inscrição no
694 componente curricular do estudante que se enquadre em um dos incisos previstos no caput
695 deste artigo em qualquer época do semestre letivo. Diante das considerações apresentadas
696 e do atendimento às recomendações, o Relator manifestou parecer favorável à aprovação
697 das alterações no Regulamento de Ensino de Graduação. Concluída a apresentação do
698 Parecer, o **Presidente Antonio Souza** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros
699 para suas considerações. A conselheira **Adma Chaves** complementou que o pedido de
700 alteração provém de diversas discussões internas entre os coordenadores de cursos e



observações referentes aos processos acadêmicos, que geraram situações a serem observadas. Que algumas das observações feitas são analisadas com base em regulamentos de ensino de outras instituições, a exemplo do exercício domiciliar nas situações de estágio que, por ser um componente prático, não cabe o exercício domiciliar. Informou, sobre a avaliação de conhecimento prévio, que não houve proposta, considerando que não foi um consenso quanto aos métodos. Sobre o aproveitamento de estudos, que também não chegaram a um consenso, que preocupou a disseminação das especializações *Latu Sensu*, e que ficaram reticentes em trazer proposição. Os conselheiros **Adma Chaves, Antonio Souza, Gabriela Cerqueira, Aurizangela Sousa, Luís Amara, Romenique Freitas, Heveson Matos e Rafael Simões** apresentaram dúvidas, questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) solicitação de inversão dos parágrafos 1º e 2º do Art. 93-A, para melhor entendimento; ii) indicação de fazer referência no REG quanto a situações imprevistas onde a pessoa que vai auxiliar o estudantes (interprete de libras, por exemplo) se atrase ou não compareça, prejudicando o estudante; iii) observação quanto aos caos de estudantes não conseguirem realizar alguma avaliação/atividade, que há a possibilidade de segunda chamada; iv) sugestão de criar o art. 139-A prevendo a situação de estudante que depende de apoio de outro profissional para realizar a avaliação, em situações adversas em que esse profissional não possa estar presente, que o estudante teria direito a uma segunda chamada; v) observação quanto à avaliação de conhecimento prévio para estudante ingressante, que o estudante pode solicitar a avaliação de conhecimento prévio e pode continuar cursando o componente durante a avaliação – que não tem um prazo previsto para essa avaliação; vi) sugestão de estabelecer um limite de prazo para a avaliação de conhecimento prévio; vii) esclarecimento de que a PROGRAD está trabalhando em uma Instrução Normativa que vai estabelecer os prazos para as situações distintas, incluindo avaliação de conhecimento prévio; viii) observação de que a avaliação de conhecimento prévio não pode se caracterizar como segunda chamada; ix) sugestão de retirar no item “l” do Parecer, a palavra “desde que nomeada”; x) sugestão de alterar o texto do art. 151-A, que trata de estudo domiciliar, pois tem disciplinas híbridas que tem uma carga horária prática de 25%, para incluir disciplinas híbridas que tem um caráter prático de 25%; xi) questionamento quanto a conversão de componente prático em exercício domiciliar, considerando que não se tem meios de dar suporte a esse estudante; xii) sugestão de deixar como avaliação do colegiado para orientar sobre a possibilidade de haver o exercício domiciliar ou não, excluídos os estágios e internatos. Após discussões, foram aprovados pelos conselheiros os destaques ao Parecer, que foram acolhidos pelo Relator, quais sejam: a) alterar a recomendação do item “k” do parecer, para manter um fluxo lógico de organização, que passa à seguinte redação: Art. 93-A. A Avaliação de Conhecimento Prévio consiste na utilização de experiências vivenciadas pelo estudante fora da Instituição, anteriores à matrícula nesta e no decorrer da duração do curso, que o tenham levado à apropriação de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades referentes aos conteúdos de um componente curricular. §1º A Avaliação de Conhecimento Prévio será aplicada por banca examinadora especial e será realizada por meio de provas ou outros instrumentos de avaliação específicos determinados pela banca e permitirá a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares, sendo possível a abreviação do tempo de duração do curso de graduação. §2º Em caso de aprovação, será registrado o aproveitamento do componente curricular no histórico escolar do estudante; b) Incluir o artigo 139-A, para dar destaque de que estudantes que não tiveram suas necessidades



educacionais atendidas mas estiveram presentes, tenham direito a segunda chamada, com a seguinte redação: 139-A. O estudante com necessidades educacionais específicas e que precise de acompanhamento ou suporte para realização de suas atividades avaliativas terá direito a realização de segunda chamada, caso as condições necessárias para sua participação na avaliação não sejam atendidas; c) Incluir o inciso V ao artigo 140, para dar sequência à sugestão anterior, com a seguinte redação: V – Atender às condições descritas no artigo 139-A; d) Alterar a sugestão do inciso II, do §1º, do art. 94, descrito no item “I” deste parecer, para que a pessoa estudante tenha tempo hábil de incluir seu pedido mesmo antes de ser nomeada, que passará a seguinte redação: II - formanda com aprovação em concurso público; e) Alterar a recomendação do item “v” deste parecer, referente ao caput do artigo 151-A, para deixar claro que apenas componentes de estágio/internato são vetados de exercício domiciliar e que os demais casos devem ser analisados pelo colegiado, que passa à seguinte redação: Art. 151-A. O regime de exercício domiciliar não poderá ser aplicado para componentes de estágio/internato. §1º Demais componentes curriculares serão avaliados pelo colegiado de curso, levando em consideração suas especificidades. §2º Será assegurado o cancelamento da inscrição no componente curricular do estudante que se enquadre em um dos incisos previstos no caput deste artigo em qualquer época do semestre letivo. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, o Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Solicitação de alteração do Regulamento de Ensino de Graduação - REG (RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009/2021), encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo: 23520.003956/2025-56, acolhidos os Destaques aprovados pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Senhor Presidente passou ao quarto ponto da pauta: 4) Continuação da apreciação do Parecer da Comissão referente à Análise e revisão da Política de ações de heteroidentificação complementar à autodeclaração das pessoas negras para fins de preenchimento das vagas reservadas às(aos) candidatas(os) negras(os) nos processos seletivos da UFOB (RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022), Processo 23520.007844/2024-93, Relator: Conselheiro Romenique da Silva de Freitas – Presidente da Comissão instituída pela PORTARIA CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 018/2024. O Presidente Antonio Souza, considerando o que já havia sido discutido nas sessões anteriores, franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Os conselheiros Adma Chaves, Antonio Souza e o convidado Levi Rodrigues apresentaram dúvidas, questionamentos e esclarecimentos quanto a proposta. Após discussões, foram aprovados pelos conselheiros os destaques ao Parecer, que foram acolhidos pelo Relator, quais sejam: a) alterar a recomendação do item “d” do parecer, incluindo no texto a possibilidade de participação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros ou similares na composição da Comissão Permanente de Heteroidentificação, passando à seguinte redação: Art. 5º A Comissão Permanente de Heteroidentificação, com caráter permanente e deliberativo, será composta por pessoas servidoras docentes e técnico-administrativas em educação da UFOB, preferencialmente, com representantes das pró-reitorias responsáveis pela gestão de ensino de graduação, de ensino de pós-graduação, de ações afirmativas e de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros ou similares, ou de gestão de pessoas; estudantes de graduação e pós-graduação da UFOB; integrantes da comunidade local e regional, bem como representantes dos segmentos sociais beneficiários das ações afirmativas relativas às cotas raciais; b) alterar a recomendação



do item “f” do parecer, compilando o texto dos incisos VI, VII, VII e IX no inciso VI, passando à seguinte redação: VI - 02 (dois) representantes das pró-reitorias responsáveis pelo ensino de graduação, ensino de pós-graduação, ações afirmativas ou gestão de pessoas; VII - 01 (um) representante da pró-reitoria responsável pelo ensino de pós-graduação; VIII - 01 (um) representante da pró-reitoria responsável pelas ações afirmativas; IX - 01 (um) representante da pró-reitoria responsável pela gestão de pessoas; c) alterar a recomendação do item “g” do parecer, realizando ajustes no texto, para melhor adequação, conforme as marcações, passando à seguinte redação: §5º As pessoas representantes das pró-reitorias de ensino de graduação, de ensino de pós-graduação, de ações afirmativas e ou gestão de pessoas serão indicadas designadas pelas respectivas pró-reitorias para compor a Comissão Permanente de Heteroidentificação; d) alterar a recomendação do item “j” do parecer, com a finalidade de incluir, como possíveis membros, representantes da sociedade civil ligados aos movimentos negros, passando à seguinte redação: IV – pessoas da comunidade externa e representantes da sociedade civil ligadas aos movimentos negros organizados; e) excluir a recomendação do item “n”, substituindo a inclusão do Art. 10-A pela inclusão de parágrafo único ao Art. 11, o qual atende ao acréscimo das informações sugeridas e adequa-se melhor ao texto da Resolução. Texto a ser excluído: n) inserir um novo artigo que passará a ser o Art. 10-A, juntamente com dois incisos, para estabelecer a obrigatoriedade de realização do procedimento de heteroidentificação para quem se candidatar pela reserva de cotas, bem como as consequências do não cumprimento ao procedimento de heteroidentificação, com o seguinte texto: Art. 10-A. As pessoas candidatas que optarem pela reserva de vagas às pessoas negras (pretas/pardas) deverão participar obrigatoriamente do procedimento de heteroidentificação. §1º. O não comparecimento da pessoa candidata convocada para o procedimento de heteroidentificação resultará em sua eliminação do certame. §2º Caso o não comparecimento ao procedimento de heteroidentificação seja motivado por impedimentos previstos legalmente, a pessoa candidata deverá encaminhar recurso fundamentado e documentado à Comissão Permanente de Heteroidentificação, conforme previsão em edital específico; f) incluir parágrafo único ao Art. 11, o qual atende à sugestão de acréscimo de informações sugeridas no item “n” do parecer e mas adequa-se melhor ao texto da Resolução, passando à seguinte redação: Art. 11. Nos processos seletivos da UFOB, a pessoa que manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, quando obtiver nota para aprovação na ampla concorrência e atender às condições de habilitação e heteroidentificação estabelecidas em edital específico, ocupará a vaga de ampla concorrência, ficando a vaga reservada para pessoas negras disponível para a próxima pessoa candidata aprovada, exceto nos casos em que exista(m) legislação(ões) em contrário. Parágrafo único. As pessoas candidatas que manifestaram interesse em concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, quando ocuparem as vagas destinadas à ampla concorrência, ficam desobrigadas de se submeterem ao procedimento de heteroidentificação; g) inserir na recomendação do item “o” do parecer a inclusão de alteração ao texto do parágrafo 4º do Art. 12, passando tal parágrafo a conter a seguinte redação: Art. 12. O procedimento de heteroidentificação complementar ocorrerá, preferencialmente, antes da confirmação definitiva de matrícula nos cursos de graduação e pós-graduação. ----- §4º O parecer da Banca, devidamente fundamentado e objetivo, será emitido após cada procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração, exigindo, no mínimo, aprovação por maioria simples das pessoas membras, utilizando os termos ‘apto(a)’ ou ‘não apto(a)’, considerando como único



critério as características fenotípicas das pessoas candidatas às vagas reservadas às pessoas negras nos processos seletivos da UFOB; h) excluir a recomendação do item “p” do parecer, haja vista que tal recomendação torna o processo inviável do ponto de vista operacional. Texto a ser excluído: p) incluir um novo artigo, com incisos, que passará a ser o Art. 12-A para melhor disciplinar o procedimento da heteroidentificação nos concursos e seleções públicas com vistas a garantir a efetividade da política de cotas, conforme orientação da Nota Técnica Nº 19/2024 da Defensoria Pública da União, com a seguinte redação: Art. 12-A. Nos casos do concurso público e do processo seletivo de docente por tempo determinado ou estágio institucional, o procedimento de heteroidentificação será definido via edital, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade da Administração. §1º A heteroidentificação ocorrerá, prioritariamente, após a inscrição provisória ou definitiva do candidato no certame e antes de realização de etapa eliminatória. §2º Sendo a heteroidentificação realizada após etapa eliminatória, serão a ela submetidos todas as pessoas candidatas autodeclaradas negras (pretas/pardas) que alcancem a pontuação mínima na etapa imediatamente anterior ao procedimento, não se aplicando antes da heteroidentificação cláusula que restrinja percentual máximo de candidatos cotistas aptos a avançar no certame; i) alterar a recomendação do item “q” do parecer, desconsiderando-se a exclusão do artigo 14. O mesmo deverá ser mantido contendo a seguinte redação: Art. 14. Nos processos seletivos de ingresso na graduação serão eliminadas as pessoas candidatas cujo procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração não for homologado por meio de parecer do recurso, emitido pela banca de heteroidentificação recursal; j) alterar a recomendação do item “r” do parecer, excluindo dos procedimentos de heteroidentificação os processos seletivos de ingresso na graduação, haja vista que os mesmos possuem regras próprias, passando à seguinte redação: Art. 14. Nos casos dos procedimentos de heteroidentificação das pessoas candidatas concorrendo às vagas reservadas às pessoas negras nos processos seletivos de ingresso pós-graduação, nos concursos públicos ou processos seletivos para ocupação de cargos públicos que não obtiverem homologação no procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração étnico-racial, serão realizados os seguintes procedimentos; k) alterar a recomendação do item “s”, com ajustes no texto por meio da inserção de termos que melhor se adequam ao escopo da resolução, passando à seguinte redação: §2º Não concorrerá às vagas de que trata o caput e será eliminado do certame a pessoa candidata que apresentar autodeclaração falsa constatada em procedimento administrativo da comissão de heteroidentificação nos termos da legislação vigente; l) excluir o inciso V do artigo 19, para ajustar o texto desse artigo com o artigo 6º-C. Texto a ser excluído: V - pessoas servidoras de outros órgãos públicos. (Incluído pela RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 024, de 2023); m) ajustar o texto da recomendação “x” do parecer, indicando que o texto refere-se ao artigo 14-A, passando à seguinte redação: Art. 27. Após a análise do recurso, em caso de indeferimento, a pessoa candidata deixará de concorrer às vagas reservadas às pessoas negras (pretas/pardas) e passará a concorrer, desde que atenda os critérios de classificação, às vagas destinadas à ampla concorrência, observado o disposto no Art. 14-A. Art. 27-A. No caso de indeferimento do recurso da pessoa denunciada, a Banca de Heteroidentificação Recursal encaminhará sua decisão aos órgãos competentes para as devidas providências; n) incluir um novo artigo, o qual será o artigo 29-C e terá a seguinte redação: Art. 29-C. A comissão de heteroidentificação étnico-racial adotará como seu o resultado de procedimento de heteroidentificação ao qual o candidato foi anteriormente submetido na UFOB, desde



que, no requerimento formal do aproveitamento, o candidato comprove que o procedimento precedente: i) confirmou sua autodeclaração étnico-racial como pessoa negra; ii) foi realizado pela mesma instituição, ainda que para acesso a cargo, função ou curso diverso; iii) adotou o critério exclusivamente fenotípico; e iv) foi realizado de forma presencial. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, **o Senhor Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer da Comissão referente à Análise e revisão da Política de ações de heteroidentificação complementar à autodeclaração das pessoas negras para fins de preenchimento das vagas reservadas às(aos) candidatas(os) negras(os) nos processos seletivos da UFOB (RESOLUÇÃO CEAA/CONSUNI/UFOB N° 015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022), Processo 23520.007844/2024-93, acolhidos os Destaques aprovados pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade.** O Presidente agradeceu a todos pela participação e colaboração para a realização da sessão. Às doze horas e nove minutos, o Presidente da Câmara, Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza, encerrou a 45ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia e nada a mais havendo a ser registrado, eu, Gleicianne Dourado Costa, Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e todos os presentes na reunião de aprovação da ata, estando disponível na íntegra, gravada em formato digital. Barreiras, 29 de maio de 2025. Ata aprovada na 47ª Reunião Ordinária da CEAA, realizada no dia 21 de agosto de 2025.



ATA DA CEAA N° 6/2025 - SODS (11.01.21)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 25/08/2025 10:35)

ADMA KATIA LACERDA CHAVES

PRO-REITOR(A)

PROGRAD (11.01.30)

Matrícula: ###602#3

(Assinado digitalmente em 25/08/2025 08:45)

ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA

VICE-REITOR

(Assinado digitalmente em 25/08/2025 13:39)

AURIZANGELA OLIVEIRA DE SOUSA

PRO-REITOR(A)

PROPGP (11.01.40)

Matrícula: ###614#7

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 19:26)

GLEICIANNE DOURADO COSTA

COORD.DE SECRETARIA SUPERIOR - TITULAR

SODS (11.01.21)

Matrícula: ###525#0

(Assinado digitalmente em 25/08/2025 09:04)

LUIS GUSTAVO HENRIQUES DO AMARAL

DIRETOR

CCET (11.01.19.03)

Matrícula: ###452#7

(Assinado digitalmente em 25/08/2025 09:17)

RAFAEL DA CONCEICAO SIMOES

DIRETOR

CCBS (11.01.19.02)

Matrícula: ###077#4

(Assinado digitalmente em 24/08/2025 22:39)

RICARDO DE JESUS MACHADO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CMSMV (11.01.18.01)

Matrícula: ###095#0

(Assinado digitalmente em 26/08/2025 11:14)

ROMENIQUE DA SILVA DE FREITAS

DIRETOR

CMB (11.01.14.01)

Matrícula: ###222#7

(Assinado digitalmente em 25/08/2025 11:03)

THIAGO RIBEIRO RAFAGNIN

DIRETOR

CEHU (11.01.19.01)

Matrícula: ###987#7

(Assinado digitalmente em 25/08/2025 11:33)

MATHEUS TAVARES DE ANDRADE

DISCENTE

Matrícula: 2024#####3

(Assinado digitalmente em 22/08/2025 20:28)

LUIZA VILASBOAS CASTRO

DISCENTE

Matrícula: 2024#####0